

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PINTURA EXTERNA NO EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª. INSTÂNCIA-SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA.

1. DO OBJETO

O presente instrumento disciplina os serviços necessários à execução da pintura externa dos locais pré-definidos de acordo com a planilha orçamentária de serviços no edifício-sede da Justiça Federal de 1ª. Instância-Seção Judiciária de Roraima.

O principal objetivo do presente termo é recuperar a identidade visual do prédio-sede, que se encontra com a sua fachada exterior deteriorada devido à ação das intempéries, devendo ser pintada as fachadas assim definidas:

- a) Fachada principal;
- b) Fachada lateral esquerda;
- c) Fachada lateral direita;
- d) Fundos do edifício;
- e) Garagem dos magistrados.
- f) Subestação
- g) Sala dos nobreaks

2. DO TERMO

Este termo foi elaborado pela Seção de Serviços Gerais da Seccional Roraima, em cumprimento à determinação expressa do Diretor da Secretaria Administrativa que, após ter vistoriado os locais onde deverão ser executados os serviços com auxílio de Arquiteto e Urbanista, viu a necessidade da elaboração deste documento, que segue acompanhado dos itens:

- ❖ PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (ANEXO I);
- ❖ MEMÓRIA DE CÁLCULO (ANEXO II);
- ❖ CÁLCULO DO BDI-BENEFÍCIO DE DESPESAS INDIRETAS (ANEXO III);
- ❖ CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO (ANEXO IV);
- ❖ PROJETOS ARQUITETÔNICOS.

2.1. Informações e dúvidas poderão ser sanadas pelo telefone 95-2121-4229 com os servidores: Altino da Silva Neto e Edimilson Laércio Silva de Almeida.

2.2. DEFINIÇÕES:

- ❖ CONTRATANTE: Seção Judiciária do Estado de Roraima;
- ❖ CONTRATADA: Empresa contratada para execução dos serviços;

❖ EXECUTOR (A) DO CONTRATO: Será definido pela Administração.

3. DAS INFORMAÇÕES PRELIMINARES

- 3.1.** Deverão ser consideradas, juntamente com o que se estipula neste documento, todas as normas publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, compreendendo:
- Normas de execução de serviços e/ou obras;
 - Especificações;
 - Métodos de ensaio;
 - Terminologias;
 - Padronização;
 - Simbologias.
- 3.2.** Deverão ser considerados também o Decreto 92.100/85, Lei 8.666/93, bem como as normas das Concessionárias, Empresas de Serviços Públicos, Governo do Estado de Roraima, INMETRO, ISO 9002 e IPT.
- 3.3.** As empresas interessadas poderão realizar a vistoria no local dos serviços, onde será emitido o Termo de Vistoria de Serviços em licitação, expedida por representante credenciado pela Seção Judiciária de Roraima, assinada conjuntamente com o representante da empresa interessada, que deverá ser engenheiro ou arquiteto, na qual constará que a mesma tomou ciência e recebeu todos os dados para realização dos serviços, bem como identificou todas as características, condições especiais e dificuldades que porventura possam existir na execução dos serviços, admitindo-se, consequentemente, como certo, o prévio e total conhecimento da situação.
- 3.3.1.** As vistorias poderão ser realizadas nos locais dos serviços, situados na Av. Getúlio Vargas, 3999 - Canarinho, em Boa Vista Roraima - RR. As visitas nos locais deverão ser agendadas com o Supervisor dos Serviços Gerais o Sr. Atino da Silva Neto através do telefone (95) 2121-4229, o qual também será o responsável pela emissão da Declaração de Vistoria.
- 3.3.2.** Por força da Resolução nº 114 de 20 de Abril de 2010, do CNJ, art. 18, o licitante pode substituir a vistoria por uma Declaração, onde irá declarar que conhece as condições locais para a execução do objeto.
- 3.4.** A licitante deverá apresentar Planilha Orçamentária (ANEXO I) detalhada contendo preço global para a execução dos serviços, objeto do presente termo, acompanhado dos quantitativos, preços unitários e totais de cada item.
- 3.5.** A licitante deverá apresentar Cronograma Físico-financeiro (ANEXO IV) conforme modelo e prazo estipulado no contrato.
- 3.6.** A coluna de quantidade da Planilha Orçamentária é de inteira responsabilidade do proponente, não lhe sendo admitida a arguição de omissões, enganos e erros posteriores, com a pretensão de alterar o valor global proposto.
- 3.7.** Os quantitativos envolvidos neste termo podem ser levantados através de vistoria "in loco" ou encontram-se mencionados ao longo do corpo das especificações. Demais itens fornecidos apenas em orçamento devem ser considerados como meramente

informativos, devendo cada licitante avaliar e adotar os seus próprios quantitativos segundo sua própria metodologia.

3.8. A ausência, na Planilha Orçamentária, de qualquer dos itens especificados neste termo e necessários à execução satisfatória do objeto, não exime o licitante de executá-la dentro do preço global da proposta, devendo o orçamento do licitante ser elaborado levando em consideração que os serviços, objeto da licitação, deverão ser entregues completos mesmo quando não expressamente indicados nas especificações, ficando a cargo do licitante a previsão de qualquer serviço ou material necessário, não lhe cabendo quaisquer acréscimos de pagamento decorrente.

3.9. Comprovação da qualificação técnica:

- a) Apresentação de Certidão de Registro e Quitação junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, pela empresa licitante;
- b) Comprovação da existência de contrato de prestação de serviços ou vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum, entre a empresa licitante e o profissional relacionado abaixo:
 - 01 (UM) ENGENHEIRO CIVIL, ou ARQUITETO, que será, OBRIGATORIAMENTE, o responsável técnico por todos os serviços.

O profissional indicado na licitação deverá acompanhar a execução dos serviços, DIARIAMENTE (não residente), com carga horária de 30 minutos/dia no decorrer dos 45 dias, fazendo os devidos registros no **diário de obra**, sendo o responsável técnico, representando a CONTRATADA e deverá manter estreita comunicação com a CONTRATANTE, através da Fiscalização.

- c) Atestado(s) de capacidade técnica em nome do responsável técnico, fornecido por órgão da Administração Pública ou entidade privada, devidamente registrada Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, que comprove a capacidade para a execução de serviços semelhantes ao objeto desta licitação, considerando os serviços significativos os seguintes:
 - No mínimo 01 atestado de execução de obra de reforma/execução com serviços semelhantes.
 - d) Apresentação de Certidão de Registro e Quitação junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, do profissional indicado para ser o responsável técnico e de quem deverá ser o acervo técnico.
- 3.10.** A licitante deverá apresentar os itens de composição do BDI (para edificações e equipamentos) explicitada em folha separada, dentro dos parâmetros traçados no Acórdão n. 2369/2011 (ANEXO III) do Plenário do TCU.
- 3.11.** A licitante deverá apresentar a Composição de Custos Unitários de todos os serviços constantes da proposta.
- 3.12.** A licitante deverá apresentar a Composição dos Encargos Sociais de Horistas e de Mensalistas, não superior aos praticados Tabela SINAPI.

- 3.13.** A execução do objeto desta licitação deverá ser concluída no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir do quinto dia útil da assinatura da Ordem de Execução de Serviço pela Contratante.
- 3.14.** Prazo de vigência contratual: 6 (seis) meses, incluindo:
- 45 (quarenta e cinco) dias para execução de todos os serviços;
 - 10 (dez) dias para recebimento provisório;
 - mais 15 (quinze) dias para recebimento definitivo.
- 3.15.** Não será aceita a oferta de serviços com especificações diferentes das indicadas neste termo e em seus Anexos.
- 3.16.** Os preços cotados serão fixos e irrevogáveis, nos termos da legislação vigente. Os preços não poderão ser superiores à mediana SINAPI (fevereiro/2020). Os serviços que eventualmente não constem nos preços SINAPI deverão ser apresentados com preços de mercado. Na planilha orçamentária deverão constar as seguintes colunas: código SINAPI, item, discriminação, unidade, quantidade, custo unitário e custo total.
- 3.17.** Os serviços efetivamente executados serão medidos em duas etapas: uma no 30º (trigésimo) dia e outra no final da execução, conforme cronograma físico-financeiro, ou seja, serão realizadas 2 (duas) medições. O Início do período será a partir do quinto dia útil da expedição da Ordem de Serviço, e o final quando do recebimento provisório do objeto contratual.
- 3.18.** O valor dos serviços está orçado em R\$ 111.522,67 (cento e onze mil quinhentos e vinte e dois e sessenta e sete centavos), conforme planilha orçamentária estimativa anexa ao respectivo processo e à disposição dos licitantes.
- 3.19.** O preço não deverá ultrapassar o valor constante no subitem 3.18, conforme permitido no Artigo 40 inciso X da Lei 8666/93.
- 3.20.** Todos os serviços contratados serão de total e exclusiva responsabilidade da Contratada e de seus técnicos responsáveis e encarregados.
- 3.21.** À Fiscalização caberá a incumbência de decidir os casos omissos, relativos às especificações, plantas ou quaisquer documentos a que se refiram, direta ou indiretamente aos serviços.
- 3.22.** A atuação da Fiscalização não diminui, tão pouco exime a Contratada de sua total e exclusiva responsabilidade sobre a totalidade dos serviços contratados.
- 3.23.** É de responsabilidade da Contratada o fornecimento de todo o material, equipamentos e mão-de-obra necessários à execução dos serviços, bem como encargos, taxas e outras despesas.
- 3.24.** A Contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Contrato, em que se fizerem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de material empregado, sendo, ainda, responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros.
- 3.25.** A Contratada deverá responsabilizar-se pela qualidade e quantidade dos materiais empregados, fornecendo todo o material de acordo com as especificações técnicas e assumindo as despesas referentes a transporte, carga, descarga e movimentação de materiais, suas respectivas perdas e estocagem, dentro e fora da estrutura da seccional, assim como o processo de sua utilização.

- 3.26.** A Contratada deverá responder por todo o ônus e obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, previdenciária, tributária, fiscal, securitária, comercial, civil e criminal, que se relacionem direta ou indiretamente com os serviços, inclusive no tocante aos seus empregados e prepostos.
- 3.27.** A Contratada deverá permitir o livre acesso ao local dos serviços, da FISCALIZAÇÃO, acatando ordens, sugestões e determinações adotadas, observando-se a legislação vigente.
- 3.28.** A Contratada deverá providenciar a remoção contínua de entulho e detritos acumulados no local dos serviços, providenciando o transporte para local apropriado e autorizado pelo poder público.
- 3.29.** A garantia dos serviços executados será de 5 (cinco) anos conforme art. 618 do Código Civil Brasileiro. A garantia dos equipamentos caso houver será a mesma oferecida pelo fabricante.
- 3.30.** Ao concluir o serviço, todo o conjunto deverá se apresentar totalmente limpo, sem entulho e em perfeitas condições de higiene.
- 3.31.** O recebimento provisório do objeto contratado dar-se-á mediante termo próprio, assinado por comissão designada para este fim, em até 10 (dez) dias, a partir da comunicação escrita da Contratada, e após a verificação de que os serviços se encontram concluídos.
- 3.32.** O recebimento definitivo será feito dentro de 15 (quinze) dias após o recebimento provisório e vistoria, que comprove a adequação dos serviços às cláusulas contratuais, mediante termo próprio, observado o disposto no artigo 69 da Lei 8.666/93.
- 3.33.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços, nem a ética profissional pela execução deste Contrato.
- 3.34.** A Contratada deverá manter no local dos serviços com fácil acesso ao fiscal, um “Diário de Obras” no qual serão lançadas diariamente as ocorrências, servindo para dirimir as dúvidas quando for o caso. Tal diário deverá ser encadernado e com características dos serviços, com folhas em 03 (três) vias, das quais 02 (duas) destacáveis.
- 3.35.** A Contratada deverá promover a anotação, registro, aprovação e outras exigências dos órgãos competentes com relação aos serviços, inclusive responsabilizando-se por todos os ônus decorrentes.

4. DA FONTE DE RECURSOS

O valor orçamentário para a execução da obra é proveniente do PTRES: 096903 e Elemento de Despesa: 33.90.39.16.

5. DA LICITAÇÃO

Não sendo o caso de dispensa ou inexigibilidade de que tratam os arts. 24 e 25 da LLCA, o procedimento ocorrerá por Pregão Eletrônico.

5.1. Tipo Licitatório: Menor Preço.

5.2. Para a definição do menor preço, será utilizada a tecnologia melhor preço, conjugando-se a qualidade dos serviços, a funcionalidade, disponibilidade e desempenho do contratado.

5.3. O objeto deste projeto/termo de referência será adjudicado pelo **menor preço global**.

6. DA ESPECIFICAÇÃO

6.1. O objeto deverá ser entregue em conformidade com as especificações constantes deste instrumento, mediante execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global;

6.2. Somente uma pessoa jurídica poderá ser contratada para executar o objeto deste instrumento;

6.3. Para viabilizar a avaliação do custo, estima-se o montante máximo de R\$ 111.522,67 (cento e onze mil quinhentos e vinte e dois e sessenta e sete centavos) nos termos da planilha orçamentária.

7. DAS OBRIGAÇÕES

7.1. Durante a execução do objeto, a CONTRATADA deverá:

- a) Executar as atividades descritas no orçamento básico e especificações técnicas dentro do prazo estabelecido pelo cronograma físico-financeiro;
- b) Respeitar rigorosamente as normas da ABNT, legislação municipal, estadual e federal;
- c) Apresentar à FISCALIZAÇÃO as licenças necessárias conforme legislação vigente;
- d) Fazer visita técnica ao local dos serviços acompanhado da FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE, antes de apresentar quaisquer boletins de medições;
- e) Fornecer e fiscalizar a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC);
- f) Devolver à FISCALIZAÇÃO e/ou aplicar mediante autorização por escrito, quaisquer materiais, equipamentos e/ou serviços passíveis a reutilização; e
- g) Exercer as demais obrigações previstas em contrato.

7.2. O preço deverá abranger todos os impostos, taxas, fretes e demais encargos, assim como quaisquer atividades ou insumos necessários à execução do objeto, mesmo quando não expressamente indicados não cabendo, posteriormente, quaisquer acréscimos previsíveis. As metas físico-financeiras, projetos, locais de execução, não podem ser alteradas em hipótese alguma, sem a expressa e escrita anuência da Administração, se for o caso.

8. DA GARANTIA DO CONTRATO

- 8.1.** Exigir-se-á da CONTRATADA garantia a ser prestada da ordem de 5%(cinco por cento) da adjudicação do valor do contrato, a ser restituída após a execução satisfatória do objeto (recebimento definitivo).
- 8.2.** A garantia mencionada servirá como seguro pelo fiel cumprimento do Contrato, respondendo inclusive, pelas multas eventualmente aplicadas. A infringência a qualquer das cláusulas do Contrato, implicará em perda da citada garantia a favor da CONTRATANTE, revertendo seu valor aos cofres da Administração.
- 8.3.** Em caso de utilização da garantia, total ou parcial, a CONTRATADA se obriga a repor o valor na sua integralidade, para a mesma finalidade, num prazo máximo de 05 (cinco) dias, a partir da comunicação, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções contratuais.
- 8.4.** A garantia ou seu saldo será liberado, mediante requerimento, após a execução do Contrato e desde que integralmente cumpridas todas as obrigações assumidas.
Parágrafo Único – A garantia de que trata esta Cláusula poderá ser prestado em dinheiro, títulos da dívida pública não prescrita (art. 60, da Lei n.º 4.069/62), seguro-garantia ou fiança bancária.

9. DOS PRAZOS

- 9.1.** O instrumento contratual será retirado no prazo de 10 dias corridos, nos termos do art. 64 da Lei 8.666/93.
- 9.2.** A execução dos serviços será iniciada em até 5(cinco) dias corridos, contados da emissão da Ordem de Serviço emitida pela Secretaria Administrativa da JFRR.
- 9.3.** O objeto será executado no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 57 da Lei 8.666/93.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1.** A contratada, nos casos de atraso injustificado assim considerado pela Administração, ou de inexecução parcial ou ainda de inexecução total da obrigação, ficará sujeita, com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993 e sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes penalidades:
 - a) advertência;
 - b) multa;
 - c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos;
 - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 10.2.** As multas contratuais relativas à entrega/execução do objeto deste instrumento estarão estabelecidas no ANEXO - Minuta de Contrato.
- 10.3.** A penalidade fundada em comportamento ou conduta inidônea ensejará impedimento de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou

Municípios e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, na forma do disposto no art. 7º da Lei 10.520/2002.

- 10.4.** As penalidades previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do subitem 10.1 poderão ser aplicadas juntamente com a pena de multa prevista na alínea “b” do mesmo subitem.
- 10.5.** As penalidades previstas nas alíneas “c” e “d” acima também poderão ser aplicadas à CONTRATADA, caso tenha sofrido condenação definitiva por fraudar recolhimento de tributos, praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração.
- 10.6.** Caso a empresa vencedora se recuse a anexar proposta de preços, nos termos do Edital, a assinar a Ata de registro de Preços ou Contrato no prazo indicado ou ainda a dar o recebimento no empenho, sem motivo justificado, ficará caracterizado o descumprimento total da obrigação. Em consequência, ser-lhe-á aplicada a multa prevista na alínea “b” do subitem 10.1, no percentual de 10% sobre o valor de sua proposta, podendo ser cumulada com a pena prevista na alínea “c” do mesmo subitem.
- 10.7.** O valor da multas poderá ser deduzido dos créditos porventura existentes em favor da Contratada. No caso de inexistência de créditos, o valor das multas devidas à Contratante deverá ser recolhido ao Tesouro Nacional, por meio de GRU (Guia de Recolhimento da União), no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação para recolhimento, ou ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente (art. 86 da Lei 8.666/1993).
- 10.8.** A aplicação das penalidades previstas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa e ensejarão seu registro no SICAF.
- 10.9.** Caberá recurso, em relação ao ato que aplicar quaisquer das penalidades previstas neste instrumento, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação.

11. DA FISCALIZAÇÃO

- 11.1.** A FISCALIZAÇÃO será exercida pelos servidores da JFRR, Altino da Silva neto e Edmilson Laércio Silva de Almeida Neto - Arquiteto e Urbanista, que representará a JFRR perante a CONTRATADA.
- 11.2.** O objeto poderá ser alterado de acordo com o interesse e a necessidade da JFRR, observando-se o disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93.
- 11.3.** A SECAD conhecerá dos casos omissos e serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação à luz da Lei 8.666/93 e suas alterações.
- 11.4.** Os serviços serão realizados em rígida observância às normas e especificações técnicas, bem como em estrita obediência às prescrições e exigências contidas nestas especificações, que serão parte integrante do contrato a ser celebrado.
- 11.5.** Durante a execução dos serviços, se houver a necessidade de modificar algum detalhe nas especificações, a CONTRATADA deverá, antes de tomar qualquer decisão, consultar a FISCALIZAÇÃO expondo seu parecer técnico sobre o assunto.

- 11.6.** Para execução dos serviços, a CONTRATADA procederá à aferição das dimensões, dos alinhamentos, dos ângulos e de quaisquer outras indicações constantes neste termo com as reais condições encontradas no local.
- 11.7.** É necessário que este termo com seus anexos e os locais a serem pintados sejam minuciosamente conhecidos/vistoriados pela CONTRATADA em todas as suas partes.
- 11.8.** Para efeito da interpretação de divergência entre os documentos contratuais, fica estabelecido que a CONTRATADA deverá consultar a FISCALIZAÇÃO sobre quaisquer divergências entre a planilha e as especificações, ficando a FISCALIZAÇÃO incumbida de dirimir a dúvida.
- 11.9.** As dúvidas, relativas a este termo e seus anexos, contidos no Edital e levantados durante a execução dos serviços serão encaminhadas a SESEG, sendo ela a incumbida de realizar os desenhos e/ou detalhes necessários para esclarecimento das dúvidas. Durante a execução, a SESEG poderá elaborar detalhes que complementem as especificações apresentadas neste Edital, com a finalidade de dirimir quaisquer dúvidas da CONTRATADA.
- 11.10.** Havendo discrepância entre as reais condições existentes no local e os elementos deste termo, a ocorrência será objeto de comunicação, por escrito, à FISCALIZAÇÃO, a quem competirá deliberar a respeito.
- 11.11.** A CONTRATADA deverá manter o Diário de obra sempre atualizado. Sempre que a FISCALIZAÇÃO solicitar, a CONTRATADA deverá apresentar o diário de obra atualizado até aquele momento.

12. DA EQUIPE

- 12.1.1.** Hábitos sadios de conduta serão exigidos de todos os envolvidos nos serviços.
- 12.2.** Elementos auxiliares
- 12.2.1.** O dimensionamento da equipe de encarregados auxiliares ficará a cargo da CONTRATADA, de acordo com o plano de execução do trabalho previamente estabelecido;
- 12.2.2.** A FISCALIZAÇÃO poderá exigir da CONTRATADA a substituição de qualquer profissional das dependências, desde que verificada a sua incompetência para a execução das tarefas, bem como apresentar hábitos de conduta nocivos à boa administração;
- 12.2.3.** A substituição de qualquer elemento será processada, no máximo de 48h após a comunicação, por escrito, da FISCALIZAÇÃO.

13. LIMPEZA E MANUTENÇÃO DO CANTEIRO E DOS LOCAIS DOS SERVIÇOS

- 13.1.** A CONTRATADA cuidará para que todas as partes das dependências da SJRR permaneçam sempre limpas, com os materiais estocados e empilhados em local apropriado, por tipo e qualidade.

- 13.2.** A remoção de todo entulho para fora do canteiro será feita conforme necessidade pela CONTRATADA e a seu ônus, em horário previamente definido pela Fiscalização.
- 13.3.** O entulho deverá ser transportado e depositado em *containers*, cuja localização será estabelecida pela FISCALIZAÇÃO. Durante esse transporte, os veículos deverão ser carregados de modo a evitar o derramamento do entulho proveniente das demolições. Caso isso ocorra, será de responsabilidade da CONTRATADA a limpeza dos locais de acordo com as exigências da FISCALIZAÇÃO.
- 13.4.** Todos os elementos construtivos removidos deverão ser depositados em local apropriado e devidamente transportados para áreas aprovadas pela Prefeitura de Boa Vista/RR.

14. INSTRUÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS

14.1. PINTURA

- 14.1.1.** Todos os materiais para aplicação nas pinturas serão de primeira qualidade e deverão obedecer as normas vigentes da ABNT.
- 14.1.2.** Toda e qualquer superfície a ser pintada deverá estar limpa, seca e livre de quaisquer contaminações, seja de óleos, graxas, poeiras, etc. A poeira deverá ser eliminada com escova e jato de ar, as manchas de óleo e graxa, com solventes; outras contaminações com detergentes e água em abundância; tendo o cuidado de deixar secar bem, após a limpeza.
- 14.1.3.** Deverão ser tomadas medidas a fim de que não ocorra o levantamento de pó durante os trabalhos, até que as tintas estejam completamente secas. Somente quando perfeitamente enxutas, as superfícies poderão ser pintadas.
- 14.1.4.** Cada demão de tinta só poderá ser aplicada quando a demão anterior estiver completamente seca, observando-se um intervalo de 24 horas, ou de acordo com as instruções do fabricante, exceto quando a tinta for à base de PVA, que permite um intervalo mínimo de aproximadamente 3 horas.
- 14.1.5.** Deverão ser evitados escorrimentos ou salpicos de tintas nas superfícies não destinadas à pintura (vidros, pisos, aparelhos, ferragens, etc.), quando não puderem ser evitados, devem ser removidos com a tinta ainda fresca, empregando-se removedores adequados.
- 14.1.6.** Sempre que uma superfície tiver sido lixada, será cuidadosamente limpa, retirando-se todos os vestígios de pó antes da aplicação da demão seguinte.
- 14.1.7.** As superfícies pintadas deverão apresentar, depois de prontas, uniformidade quanto à textura, tonalidade e brilho (Fosco, Semi-fosco e brilhante).
- 14.1.8.** As tintas serão entregues na obra em suas embalagens originais de fábrica e intactas.
- 14.2.** Todas as diluições dos produtos deverão obedecer, rigorosamente, as recomendações dos fabricantes.

- 14.2.1. A contratada deverá, antes do início de qualquer pintura, submeter à aprovação da fiscalização uma amostra com dimensões de aproximadamente 0,50m² com as mesmas características do local a que se destinar.
- 14.2.2. Todos os panos, trapos oleosos, estopas e outros elementos que possam ocasionar fogo precisam ser mantidos em recipientes de metal e removidos da construção diariamente.
- 14.2.3. O emassamento deverá fechar fissuras e pequenos buracos observados na massa única ou emboço, além de permitir um melhor acabamento da superfície.
- 14.2.4. A segunda demão e as subsequentes só poderão ser aplicadas quando a anterior estiver inteiramente seca, sendo observado, em geral, o intervalo mínimo de 24 h entre as diferentes aplicações. Após o emassamento, esse intervalo será de 48 h.

14.3. Especificações das tintas

- 14.3.1. Serão utilizadas duas cores no exterior do prédio da SJRR, conforme padronização atual, marca de referência: Suvinil, ou melhor qualidade.
- 14.3.2. Tinta acrílica semibrilho **azul mineral**, especificação: E329, utilizar conforme indicado no projeto arquitetônico.
- 14.3.3. Tinta acrílica semibrilho **branco neve**, especificações: branco neve, utilizar conforme indicado no projeto arquitetônico.
- 14.3.4. Havendo qualquer divergência entre o projeto e o termo de referência, este prevalecerá.

14.4. Pintura com Tinta Acrílica

- 14.4.1. A pintura das paredes será precedida de emassamento quando houver necessidade (de acordo com a fiscalização), seguindo as orientações do fabricante.
- 14.4.2. A execução dos trabalhos deverá seguir as seguintes indicações:
- 14.4.3. As tintas deverão ser rigorosamente agitadas dentro das latas e periodicamente revolvidas antes de usadas, evitando-se a sedimentação dos pigmentos e componentes mais densos. A execução dos trabalhos deverá seguir as seguintes indicações:
- 14.4.4. No mínimo duas demãos de massa corrida ou acrílica, conforme sejam aplicadas respectivamente, interna e externamente (lixa fina entre uma e outra demão) aplicadas com desempenadeira de aço ou espátula;
- 14.4.5. Intervalo mínimo de 6 horas entre as demãos;
- 14.4.6. Lixamento da última demão;
- 14.4.7. Pintura com tinta acrílica em, no mínimo, duas demãos, das superfícies já tratadas com massa corrida;
- 14.4.8. A aplicação de massa acrílica e tinta acrílica deverá seguir as instruções do fabricante e da fiscalização;
- 14.4.9. Proceder à pintura de cima para baixo.

15. PROCEDIMENTO NA ESTRUTURA INTERNA DE SERVIÇOS

A Justiça Federal – Seção Judiciária de Roraima e a CONTRATADA estabelecerão um procedimento que oferecerá estrutura interna para a estocagem de materiais, restaurante para refeição, local para descanso para os trabalhadores que incluirá os requisitos abaixo indicados, que será revisado periodicamente, a fim de sofrer as atualizações necessárias.

15.1. IDENTIFICAÇÃO

15.1.1. Todos os veículos da CONTRATADA, incluindo os de suas subcontratadas, deverão ser devidamente identificados.

15.1.2. Todo o pessoal da CONTRATADA, incluindo os de suas subcontratadas, deverá usar, permanentemente, um crachá de identificação com os seguintes dados: nome, chapa, função, fotografia, assinatura do chefe da SEVIT da JFRR. Esta exigência é uma condição obrigatória para o acesso e permanência dos servidores da CONTRATADA na área dos serviços.

15.2. ALIMENTAÇÃO

15.2.1. Será de responsabilidade e ônus da CONTRATADA, o fornecimento de alimentação adequada (conforme convenção do sindicato pertinente) os seus servidores, inclusive a que for necessária em decorrência de horário extraordinário de serviço, a CONTRATANTE oferecerá restaurante para ser realizada as refeições dos trabalhadores.

15.3. ALOJAMENTO

15.3.1. (Será de responsabilidade da CONTRATANTE o fornecimento do local adequado, dispondo de boa higienização, sanitários, bebedouros), local para descanso e os demais itens básicos necessários à permanência no ambiente.

15.3.2. Não será permitido alojar/transitar funcionários da CONTRATADA nas dependências/locais não indicadas pela CONTRATANTE, em nenhuma hipótese.

15.4. TRANSPORTE DE PESSOAL

15.4.1. O transporte para o local dos serviços, seja no horário normal, seja no horário extraordinário, será efetuado em veículo que apresente condições de segurança e outras exigências dos órgãos oficiais de Trânsito. Os custos do transporte de pessoal da CONTRATADA para o local dos serviços serão de sua exclusiva responsabilidade e ônus.

15.5. EPI's E FARDAMENTOS

15.5.1. Será de responsabilidade e ônus da CONTRATADA, o fornecimento de todos os EPI's e fardamentos a seus servidores durante todo o período de realização dos serviços.

15.6. ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

15.6.1. Será de exclusiva responsabilidade e ônus da CONTRATADA a administração e chefia de todo o seu pessoal de obra, devendo o seu custo estar diluído no preço proposto.

15.6.2. A CONTRATADA deverá adaptar suas rotinas administrativas de forma a atender aos requisitos mínimos de controle e acompanhamento, solicitados pela

FISCALIZAÇÃO. Tal adaptação não implicará, necessariamente, na mudança das normas internas da CONTRATADA.

- 15.6.3.** É responsabilidade e ônus da CONTRATADA o respeito às disposições legais pertinentes à segurança, higiene e medicina do trabalho, bem como o fornecimento de condições mínimas para cumprimento das Medidas e Normas Gerais de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, citado nesta Seção.

16. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- 16.1.** Entregar termo de indicação de preposto, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da emissão da Ordem de Execução de Serviço, devendo o preposto representar a CONTRATADA junto à CONTRANTE, com competência para manter entendimentos e receber/transmitir comunicações, devendo este permanecer no local da execução dos serviços em tempo integral.
- 16.2.** A CONTRATADA deverá executar quaisquer serviços constantes em qualquer dos documentos e anexos integrantes deste termo de referência ou no edital de licitação, planilha, independente de detalhamento.
- 16.3.** A CONTRATADA deverá providenciar a limpeza da obra durante todo o período do contrato, e ao final deverá proceder à limpeza geral da obra.

Boa Vista-RR, 28 de agosto de 2020.

Altino da Silva Neto
Supervisor da SESEG

Edimilson Laércio Silva de Almeida Neto
Adjunto III
Arquiteto e Urbanista
CAU N A143988-0